



Ata da 2ª Reunião Ordinária do CGSJ - Biênio 2013-2015

Data: 18/09/2013

Horário: 16 horas

Local: Sala de reuniões da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Paço Municipal Nova Jundiaí, Avenida da Liberdade, s/nº, 5º andar, Ala sul, Bairro Jardim Botânico

Pauta:

- 1) Aprovação da Ata anterior;
- 2) Definição do calendário de reuniões (2013-2014);
- 3) Definição das atribuições da Diretoria do Conselho e da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente;
- 4) Formação dos Grupos de Discussão propostos na reunião de 21.08.2013;
- 5) Encaminhamentos: processo nº 7.334/2010 e Recurso Certidão de Uso de Solo 184/2013;
- 6) Outros Assuntos.

Constatado o quórum necessário, os trabalhos foram abertos pela Sra. Presidente, Rosana Ferrari que iniciou a discussão da pauta: **1) Aprovação da Ata anterior.** A Ata da reunião anterior foi lida pelo Sr. Wagner Cubero, Secretário do Conselho, e aprovada pelo plenário. A Sra. Rosana Ferrari sugeriu que nas próximas reuniões os conselheiros fizessem a leitura do documento anteriormente enviado, indicando eventuais correções com antecedência e que a Ata fosse apenas aprovada na reunião. A proposta foi aceita pelos Srs. Conselheiros. **2) Definição do calendário de reuniões (2013-2014).** Observado que a reunião de novembro de 2013 cairia no feriado municipal de 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), o Conselho optou por transferir a data da reunião para o dia 27 de novembro. O calendário foi aprovado pelos conselheiros presentes. **3) Definição das atribuições da Diretoria do Conselho e da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.** Definiu-se que a elaboração da Ata ficaria sob responsabilidade do apoio administrativo da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. Quanto à pauta, determinou-se que os conselheiros que tiverem indicações de pauta devem encaminhar suas sugestões à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, que se encarregará de elaborar um esboço que será encaminhado a toda a Diretoria do Conselho. A Diretoria definirá a pauta, que será posteriormente distribuída aos conselheiros. A Sra. Vice-Presidente, Patrícia Polli, apresentou ao Conselho modelos de impressos para controle dos encaminhamentos de ofícios, denúncias e processos. Ressaltou que o Conselho tem tido dificuldade de obter retorno dos documentos encaminhados. O objetivo é organizar os trabalhos, facilitando o acompanhamento. **4) Formação de Grupos de Discussão propostos na reunião de 21.08.2013.** Foi retomada a discussão da reunião de 21.08.2013 onde foram definidos seis temas para nortear os trabalhos do CGSJ, a saber: 1) Revisão da Lei Complementar nº 417/2004; 2) Incentivar, aprimorar e pleitear fiscalização da Guarda



Municipal – Destacamento Florestal no Território de Gestão da Serra do Japi; 3) Consolidar ações conjuntamente com a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente/Diretoria de Assuntos Fundiários para as desapropriações. 4) Elaborar procedimentos balizando os bioindicadores; 5) Consolidar procedimentos e ações conjuntas com a CETESB, secretarias municipais e Ministério Público e 6) Elaborar cartilha sobre a atuação e procedimentos do Conselho de Gestão e encaminhar a todos as secretarias municipais e vereadores da Câmara Municipal. Os conselheiros discutiram a metodologia dos trabalhos. A conselheira Suzana Traldi sugeriu que alguns assuntos poderiam ser definidos na própria reunião e para outros assuntos, abrir-se-iam Câmaras Técnicas. Definiu-se que à Guarda Municipal (tema 2) será enviado um ofício, solicitando informações sobre os procedimentos estabelecidos quanto a fiscalização do Território de Gestão da Serra do Japi, e que a nova Diretoria do Conselho se apresentará ao comando da GM, buscando estabelecer diálogo; com relação ao tema 3, encaminhar-se-á ofício à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente/Diretoria de Assuntos Fundiários solicitando informações dos procedimentos estabelecidos para as desapropriações na Reserva Biológica Municipal e no Território de Gestão da Serra do Japi e, como o Plano de Manejo da REBIO tem sido consultado quanto as indicações de desapropriações. Foi levantada a questão das compensações ambientais, para regularização de loteamentos irregulares e clandestinos. O conselheiro Lourival Fagundes informou que as áreas compradas são normalmente de loteamentos fora da REBIO da Serra do Japi, adquiridas como forma de compensação ambiental e que normalmente ficam próximas à Cachoeira de Morangaba. Os conselheiros apontaram o risco de essas áreas serem invadidas quando passam para o poder público. A conselheira Yone informou que já conversou com o promotor sobre a possibilidade de elas permanecerem sob os cuidados do proprietário. Foi lembrada a importância da fiscalização por parte da Prefeitura. O Sr. Christino argumentou que se a área passou para o domínio do órgão público, cabe à Prefeitura as ações competentes para a manutenção do bem, não sendo apenas uma questão de fiscalização, mas abrangendo também a área jurídica. O Conselho decidiu solicitar relatório sobre as referidas áreas. A Sra. Presidente precisou ausentar-se e passou a condução dos trabalhos para a Vice-Presidente. A Sra. Patrícia Polli sugeriu que fosse incluído no ofício direcionado à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente o apontamento de expansão da REBIO na área do Loteamento Serra da Ermida, questionando as dívidas de IPTU. A conselheira Suzana Traldi sugeriu que não fosse colocada a questão da dívida, mas sim que se localizasse o encaminhamento do Conselho sobre a desapropriação total do Condomínio, verificando em que situação está. O conselheiro Wagner Paiva destacou que apenas alguns lotes do Condomínio estão dentro da Reserva Biológica Municipal. A conselheira Suzana destacou que o Condomínio não deveria ter sido construído naquele local. Que se trata de um topo de morro, condição essa proibida pelo Código Florestal e que quando a Rebio foi criada deveria abranger essa área. A Sra. Vice-Presidente lembrou que no Plano de Manejo da Reserva Biológica, o Loteamento é apontado como área de expansão da Rebio. O conselheiro Wagner

Paiva lembrou que o preço para desapropriar o Loteamento é um impeditivo e o problema de se abrir precedentes de pagar valores mais elevados do que os pago atualmente a outras propriedades. A Sra. Suzana destacou que o local foi vendido como um loteamento e que, portanto, o preço deverá ser diferente do que aquele pago a áreas rurais. Com relação ao tema 4, biodindicadores, a Sra. Patrícia Polli destacou que eles constam da Lei Complementar nº 417/2004 e que o Conselho nunca os utilizou em suas decisões. No que se refere ao tema 5, o Conselho definiu que a Diretoria deverá apresentar-se também ao Ministério Público. Quanto à criação de cartilha sobre atividades e procedimentos do Conselho optou-se por criar uma Câmara Técnica específica. Com relação à revisão da Lei Complementar nº 417/2004 foi lembrado que o Conselho já fez um trabalho anterior e a intenção de retomar esse trabalho. Foi criada a Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo para revisão da referida lei e para análise de processos. A Câmara foi constituída pelos Srs. Nivaldo Callegari, Yone Candiotto e Wagner Cubero. Definiu-se que as reuniões da Câmara Técnica será a cada 15 dias, sempre às quartas-feiras às 16h. **5) Encaminhamentos:** o processo nº 7.334-3/2010 e Recurso de Certidão de Uso do Solo foram encaminhados à Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo. **6) Outros assuntos:** A Sra. Suzana Traldi lembrou de lei aprovada recentemente pela Câmara Municipal e sancionada pela Sr. Prefeito que anistia construções de até 350 m². O Sr. Nivaldo Callegari fez um breve resumo da situação ao Conselho, que decidiu enviar ofícios à Câmara Municipal e ao Sr. Prefeito manifestando-se pela não aplicação da referida lei no Território de Gestão da Serra do Japi. Na sequência, o Sr. Diretor de Meio Ambiente expôs o projeto de educação ambiental para visitas à Reserva Biológica Municipal da Serra do Japi. Fez uma breve retrospectiva do Programa de Visitação e sobre a nova proposta. Após questionamentos dos conselheiros sobre a monitoria, número de visitantes que serão autorizados, estudos sobre fauna e flora e impactos no local, optou-se por encaminhar o processo à Câmara Técnica para estudos e manifestação. O conselheiro Wagner Cubero informou sobre treinamentos do Exército que vem acontecendo na REBIO sem conhecimento do Conselho. O Sr. Flávio Gramolelli informou que existe uma legislação que permite ao Exército entrar em qualquer área sem permissão. Que fez contato com o Comando explicando sobre a fragilidade da área. O Conselho decidiu montar uma Comissão para visitar o Comandante para discutir a questão. O Sr. Christino lembrou que a gestão pública municipal tem o papel de educar e orientar sobre a fragilidade da área da REBIO qualquer órgão e/ou segmento. O Sr. Dirceu Cardoso ofereceu-se para intermediar a visita. Levantou-se também a questão das podas inadequadas realizadas pela CPFL. Os conselheiros decidiram enviar um ofício à empresa solicitando que as mesmas sejam feitas com acompanhamento de técnicos especializados no serviço. O conselheiro Wagner Paiva informou que realizou a vistoria solicitada pelo Conselho ao loteamento Capital Ville (Cajamar) e que não constatou nenhuma irregularidade. O parecer foi encaminhado à Câmara Técnica para apreciação. Encerrando os trabalhos, o Sr. Felipe Gavioli (CETESB) convidou os conselheiros para evento que acontecerá na CIESP, no dia 23 de setembro próximo, em comemoração aos 30 do CERJU. Tendo a acrescentar que o



conselheiro Sr. José Rosa apresentou sua justificativa de falta, eu, Luciana Maretti, _____ lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos conselheiros presentes:

Dirceu Cardoso	
Felipe Gavioli	
José Dimas Gonçalves	
José Fernando Christino Netto	
Lourival Fagundes	
Maria Romilda G. Mariotti	
Maria Tereza V. Paton	
Nivaldo Callegari	
Patrícia Regina Polli	
Rodrigo Salva	
Rosana Ferrari	
Suzana Traldi	
Thiago Cavalli	
Wagner Cubero	
Wagner de Paiva	
Yone Guatta Candiotto	